

# REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 30 No. 1 2017

ARTIGO

(RE) VISITANDO AS PESSOAS E AS COISAS:

A ETNOARQUEOLOGIA ENQUANTO UMA ARQUEOLOGIA DO PRESENTE

Lucas Antonio da Silva \*

## RESUMO

O presente artigo tem por objetivo (re)visitar as principais ideias que compõem a Etnoarqueologia, seguindo o fluxo dos debates mais recentes a seu respeito. Em linhas gerais, as temáticas perpassam pelas questões metodológicas, epistemológicas, teóricas e políticas, que caracterizam, de forma geral, aquilo que alguns autores chamam de “uma arqueologia do presente”. Nesse sentido, unindo as percepções dos trabalhos de campo às leituras teóricas, buscou-se a construção de um texto aberto e que dialogue com diversas áreas do conhecimento.

**Palavras-chave:** Etnoarqueologia; Arqueologia do Presente; Materiais.

## ABSTRACT

The present article aims to (re)visit the main ideas that compose ethnoarchaeology following the flow of the most recent debates. In general terms, the themes go through methodological, epistemological, theoretical and political issues that characterize, in a general way, what some authors call an archeology of the present. In this sense, uniting the perceptions of the fieldwork to the theoretical readings, it is here sought the construction of an open text that dialogues with several areas of knowledge.

**Keywords:** Ethnoarchaeology; Archeology of the Present; Objects.

\* Museu Nacional - UFRJ. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, bolsista de doutorado da FAPERJ. Bolsista do PDSE/CAPES no Instituto de Ciências del Patrimonio – CSIC/Espanha. E-mail: [las.arq@hotmail.com](mailto:las.arq@hotmail.com).

## 1. INTRODUÇÃO

“[...] o sujeito emocionado e o objeto emocionante estão unidos em uma síntese indissolúvel. A emoção é uma certa maneira de apreender o mundo.”  
(SARTRE, 2014[1951]:56)

A Etnoarqueologia é um campo da Arqueologia caracterizado pela presença do trabalho etnográfico e pela convivência do pesquisador com as pessoas e coisas, em um contexto “vivo” (GOULD, 1978, 1980; KENT, 1984, 1987; LANE, 2006; SILVA, 2000, 2009a, 2009b; SILVA, 2015). Essa definição objetiva pode ser desmembrada em vários aspectos e acrescentada a um importante e recente debate sobre as arqueologias do presente.

Nesse sentido, não se trata apenas da definição conceitual e inserção da Etnoarqueologia como uma arqueologia do presente, mas de uma tentativa de fornecer bases teóricas para pensar uma Arqueologia, em que o tempo seja uma variável secundária diante do estudo da materialidade (HAMILAKIS, 2015). Entendendo ser a etnoarqueologia uma importante ferramenta para esse fim, faz-se importante uma reflexão profunda sobre os aspectos que a caracterizam, a qual será feita perpassando a etnografia — como a principal metodologia de coleta de dados — e suas particularidades; o envolvimento profundo do pesquisador com os interlocutores, a comunidade pesquisada e suas demandas políticas; a diversidade teórica da Arqueologia e suas consequências na construção do trabalho etnoarqueológico; e, por fim, as relações entre passado/presente e pessoas/coisas, como bases conceituais para definição da Etnoarqueologia como uma Arqueologia do presente.

Sendo assim, o objetivo deste artigo é dialogar com questões e proposições sobre o trabalho etnoarqueológico, suas particularidades e perspectivas mais recentes de atuação.

## 2. A ETNOGRAFIA

“[...] Já nos afastamos da ideia confortável de que começamos com pessoas fazendo coisas que as representam ou representam os outros. Agora está claro que, ao contrário, na cultura material, estamos interessados também, e na mesma medida, em como as coisas fazem as pessoas”.  
(MILLER, 2013:66)

Partindo da definição inicial, o primeiro passo é entender o papel da etnografia no trabalho etnoarqueológico. A observação participante é a principal metodologia de coleta de dados e característica indispensável para o trabalho etnoarqueológico (LANE, 2006; SILVA, 2009a; SILVA, 2015), na qual se estabelece uma série de relações entre o pesquisador e os interlocutores que, na maioria dos casos, tendem a extrapolar os limites estabelecidos pelo projeto de pesquisa. São nessas novas relações, inicialmente não previstas pelo arqueólogo, que se criam novas questões, direcionamentos e dados para o trabalho. Nesse sentido, referindo-se a uma nova perspectiva da ciência diante de seus objetos de pesquisa, Latour<sup>1</sup> afirma:

O princípio geral de S-D fica então assim: concebe as tuas pesquisas de forma a que maximizem a recalcitrância daqueles que interroga. [...] um cientista desinteressado

---

<sup>1</sup> A ideia desenvolvida neste texto por Latour (2008) está fundada no Princípio de falsificação de Isabelle Stengers e Vinciane Despret (por isso S-D, Stengers e Despret). Latour (2008) caracteriza ele como uma epistemologia política normativa alternativa para a perspectiva dualística entre os corpos científicos fisiológicos e fenomenológicos. Além disso, desenvolve a ideia da readequação da ideia de ciência, como um campo aberto e constituído por inúmeras contradições.

que se abstém de interferir com entidades desinteressadas produzirá articulações totalmente desinteressantes, ou seja, redundantes! O caminho para a ciência implica, pelo contrário, um ou uma cientista apaixonadamente interessado/a, que proporcionará ao seu objeto de estudo as ocasiões necessárias para mostrar interesse, e responder às questões que lhe coloca recorrendo às suas próprias categorias. (LATOURE, 2008:50-51)

Sendo assim, trata-se de reagrupar as práticas e teorias em torno de novas categorias e das questões que se colocam ao longo da pesquisa. Além disso, no caso da pesquisa que envolve o trabalho com humanos, é fundamental a existência de um espaço para as manifestações e questões sugeridas pelos estudados. A recalitrância reside, também, na realização de um diálogo simétrico com os pesquisados.

Diferente da proposta vigente até algumas décadas atrás, tal como afirma Latour (2008), distância ou empatia pelo objeto de pesquisa não são suficientes para conduzir e avaliar um trabalho científico articulado, principalmente pela ideia errada que se aplica de distância. Segundo o autor, a distância que se deve investigar não é entre o observador e o observado, mas entre os conteúdos do mundo, antes e depois da pesquisa. Isso, em linhas gerais, caracteriza um trabalho etnoarqueológico bem articulado: o maior número de mediações possíveis.

Ingold (2014), em artigo recente, destaca a importância que a etnografia tomou para a Antropologia. Neste contexto, de acordo com o autor, pode-se falar na existência de diversos tipos de etnografias: campo etnográfico, conhecimento etnográfico, monografias etnográficas, filmes etnográficos e, até mesmo, teoria etnográfica. Desta maneira, sua proposta de uma definição geral para compreender a etnografia é encará-la como uma *arte do descrever* (INGOLD, 2014, p. 385). Além disso, o autor propõe a reconciliação entre a observação e a participação, buscando, através de uma prática de conhecimento aberta, constituída pelo engajamento, um “estar no mundo” com as demais pessoas da pesquisa. Segundo o Ingold (2013b, 2014), observação e participação foram, durante muito tempo, encaradas como contraditórias, com base na seguinte questão: como podemos combinar o engajamento da participação com o detalhamento da observação? Para tanto, o autor sugere a seguinte explicação:

Essas questões estão fundadas no entendimento de imanência e transcendência, profundamente enraizadas nos protocolos da ciência “normal”, segundo a qual a existência humana se constitui na divisão entre estar no mundo e conhecê-lo. A alegada contradição entre participação e observação não é mais do que um corolário dessa divisão. Como seres humanos, ao que parece, podemos aspirar à verdade sobre o mundo apenas por meio de uma emancipação que nos leva a partir dele e nos deixa estranhos a nós mesmos. (INGOLD, 2014:387).

De modo geral, essa perspectiva se configura naquilo que o autor chamou de *understanding in practice* (INGOLD, 2012; COELI, 2011), ou seja, a compreensão da vida em seu movimento e o acontecer em seu instante atual. Com isso, conforme o autor bem afirma, é possível reconectar o saber com o ser, a epistemologia com a ontologia e o pensamento com a vida. Para isso, é necessário contornar o paradigma científico atual, pois, para transformar o mundo em objeto de preocupação, esta ciência se coloca acima e além desse mundo, de modo a compreendê-lo (INGOLD, 2013b). Seguindo essa linha de pensamento, o cientista jamais poderá estar no mundo que busca compreender. No entanto, ainda de acordo com o autor, “[...] toda ciência depende de observação e toda observação depende de participação – isto é, uma união estreita, em percepção e ação, entre observador e observado e os aspectos do mundo que são foco de sua atenção.” (INGOLD, 2013b).

Nesse sentido, a ciência deve constituir-se em sua prática, na abertura, ao invés do fechamento e no engajamento, em vez de na separação. Essa premissa também pode ser explicada de outra forma:

[...] um paradoxo no corpo da ciência. Até então, por um lado ela afirma que os seres humanos são organismos biológicos, compostos do mesmo material e tendo evoluído de acordo com os mesmos princípios que os organismos de qualquer outro tipo. Por outro lado, a própria possibilidade de uma explicação científica repousa sobre a separação da humanidade da natureza orgânica. Para resolver o paradoxo sugiro um modo alternativo de entendimento com base na premissa do nosso compromisso com o mundo, em vez de o nosso desapego dele. Faço isso desenhando, em um estudo antropológico, como as pessoas em uma sociedade não-ocidental percebem a si mesmos e o mundo ao seu redor. (INGOLD, 2000:11.)

Em linhas gerais, a busca por reflexões teóricas sobre etnografia é necessária para definir o andamento de todo trabalho etnoarqueológico. Tal como propõe Ingold (2014), essa arte de escrever sobre as pessoas e, nesse caso, também as coisas, possui suas particularidades teóricas, que incidem sobre toda a atuação do pesquisador, seja em campo, gabinete ou em outros contextos. Desse modo, essa proposta de pensar a Etnografia pelo viés da Epistemologia da Ciência trata exatamente acerca da composição do campo científico, especialmente das ciências sociais e do modo como os conhecimentos não produzidos nos centros de pesquisa e universidades são desvalorizados e colocados em segundo plano.

### 3. AS PERSPECTIVAS MAIS RECENTES

“Quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico. O espetáculo, como tendência a ‘fazer ver’ (por diferentes mediações especializadas) o mundo que já não se pode tocar diretamente [...].”  
(DEBORD, 1997:18)

Inúmeros textos destacam a diversidade de trabalhos existentes na Etnoarqueologia, que vão desde leituras comportamentais e funcionais, passando por leituras mais interpretativo-simbólicas até as mais recentes, sobretudo os trabalhos colaborativos (SILVA, 2015a). Pode-se verificar esse destaque quando se analisa historicamente o desenvolvimento da teoria arqueológica:

David (1992, p.30) ressaltou que “a etnoarqueologia é caracterizada por uma diversidade de produtos que, muitas vezes, parecem ter pouco em comum”. a pesquisa etnoarqueológica possibilita ressaltar a diversidade teórico-metodológica existente na disciplina arqueológica, que foi desenvolvida com uma diversificação de temas, objetos de pesquisa e referenciais teóricos. (SILVA, 2009a:134)

Nessa diversidade, é difícil caracterizar as inúmeras perspectivas atuais que se desenvolvem na Etnoarqueologia. Sobressaem-se, pelo menos, dois aspectos que parecem ganhar destaque nesse cenário e que, apesar de sua apresentação separada, estão intimamente ligados. O primeiro é o avanço do capitalismo sobre as populações tradicionais, e o segundo trata-se de uma Etnoarqueologia, voltada para a defesa dos direitos desses grupos. No contexto brasileiro, verifica-se, de forma intensa, a expansão das grandes propriedades rurais, da busca por fontes de energia (hidrelétricas, gasodutos, termoelétricas, etc.), bem como a especulação imobiliária, ou seja, o avanço indiscriminado do capital que, além de retirar o direito dessas populações às suas terras

e seus locais sagrados, têm ceifado a vida de dezenas de indígenas (EREMITES DE OLIVEIRA, 2016).

No congresso de “Arqueologia, Memória e História Indígena”, realizado em 2012 na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, foram debatidas todas essas questões e, em sua grande maioria, os trabalhos apresentados se intitulavam etnoarqueológicos. É possível observar, com isso, a importância da Etnoarqueologia, enquanto ferramenta política mais ativa, trabalhando em conjunto com as populações locais.

Esse posicionamento, segundo González-Ruibal (2009), pode ser atribuído ao abandono gradual de uma perspectiva colonialista, que descrevia os grupos indígenas e demais populações tradicionais como “reliquias do passado”. Justifica-se, assim, o motivo pelo qual, em muitos casos de forma inconsciente (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2009), evidencia-se o desrespeito por esses grupos. Nesse sentido, a proposta de uma arqueologia do presente nasce com um viés político bem delimitado:

A arqueologia do presente toma uma postura crítica ante essa situação e incorpora como parte de seus objetivos abordar questões relacionadas com a globalização, a violência política, os programas de desenvolvimento e as ingerências estatais na vida das comunidades estudadas. (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2009:21).

O desenvolvimento desse viés político, através da etnoarqueologia, trouxe para a Arqueologia brasileira uma nova postura, principalmente através da Sociedade de Arqueologia Brasileira e de um grupo composto por professores (as) e alunos (as). Esse grupo, em sua maioria, estava vinculado (a) ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo quando, por meio de cartas abertas e eventos, posicionou-se contra as políticas estatais de intervenção econômica em áreas indígenas e pelo avanço do capital sobre esses. Tudo isso ocorre ao mesmo tempo em que os órgãos patrimoniais brasileiros encaminhavam e, continuam a encaminhar, uma flexibilização da legislação para o licenciamento ambiental, favorecendo os grandes empresários, ruralistas e o próprio Estado, que, cada vez mais, se exime de suas responsabilidades. De modo geral, essa Etnoarqueologia, encarada como uma arqueologia do presente, deve comprometer-se com os grupos estudados e, também, com suas demandas, sejam elas de qualquer natureza.

Outro aspecto que contribui para a diversidade teórica, na Etnoarqueologia, é a linha de estudos de cultura material. Ela colabora significativamente para o desenvolvimento de uma Etnoarqueologia voltada ao estudo da materialidade e das pessoas. Entre as décadas de 1960-1980, a nova arqueologia ditou as questões que cerceavam a Etnoarqueologia, dentre elas, as analogias e teorias de médio alcance. Desde 1980-1990 (DAVID & KRAMER, 2001; FEWSTER, 2013), esse contexto começa a modificar-se, chegando até a atualidade, na qual pode-se verificar os avanços teóricos no estudo das relações entre pessoas e a materialidade. É a partir desse *material turn* que novas questões começam a ser pautadas sobre a Etnoarqueologia: as polêmicas entre passado/presente e pessoas/coisas.

A relação entre o passado/presente pode ser explorada de diversas formas como, por exemplo, através da ideia de que a arqueologia estuda apenas a materialidade no passado e, para tanto, o arqueólogo deve “escavar” seu objeto de pesquisa – a materialidade – seja em sítios arqueológicos ou reservas técnicas. É sob esta ideia que a Etnoarqueologia foi desenvolvida e pensada por muitos arqueólogos, como uma ferramenta para a construção de analogias, modelos interpretativos e teorias de médio alcance, sendo uma pesquisa no presente voltada para o passado:

[...] geralmente consiste no trabalho realizado por arqueólogos com comunidades não modernas, com questões arqueológicas em mente, com métodos arqueológicos e propostas analógicas. [...] o objetivo final desses estudos é fornecer analogias para a interpretação do registro arqueológico, testando e propondo teorias de médio alcance e para entender as transformações sistêmicas – ou vivas - nos contextos arqueológicos. [...] os etnoarqueólogos não estavam interessados em estudar as pessoas vivas em si, mas oferecer proposições para aplicar em outros contextos, principalmente para a pré-história. (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2014:1-2).

De modo geral, essa perspectiva cimentou a dicotomia entre passado e presente, afastando a Etnoarqueologia e, conseqüentemente, a Arqueologia, do estudo da materialidade no momento atual. Acrescenta-se a isso o fato da nova arqueologia utilizar um aparato teórico derivado do funcionalismo da Antropologia Social britânica, que, para a época, já se encontrava em pleno desuso por uma série de questionamentos que surgiram, principalmente com o estruturalismo de Claude Lévi-Strauss (STOCKING JR., 1985; TRIGGER, 2011), que foi retomado, posteriormente, pela corrente pós-processual. Sendo assim, essa Etnoarqueologia reforçou o conceito de que a Arqueologia é o estudo da materialidade no passado, pois a definição do objeto de estudo já delimita a temporalidade de atuação do cientista.

A relação passado/presente, segundo González-Ruibal (2006, 2014) e Pyburn (1998) deve ser encarada de outra forma, abandonando a perspectiva ocidental de um tempo evolutivo e unilinear. A todo o momento, o passado encontra-se no presente e, em linhas gerais, o presente é composto por uma mistura de passados, de modo que se deve reconhecer a existência de outras temporalidades com ritmos próprios, que podem acelerar, criar rupturas, continuidades, lacunas, etc.:

Essa mistura de tempos pode parecer estranha para nós com nossos conceitos evolucionistas e unilineares, mas não para eles que vivem em outra temporalidade. Para os Awá, o passado pode ser amanhã, pois eles concebem isso como uma alternativa espiritual existindo simultaneamente no presente. Estes exemplos, aparentemente anacrônicos correm contra o senso comum de muitas etnoarqueologias: entre os grupos não-capitalistas o presente é primitivo; as coisas sempre foram assim; o moderno vem depois do pré-moderno. O que realmente existe é uma confusão de tempos e coisas, memórias e pessoas, e a arqueologia deve fazer parte disso, investigando as múltiplas temporalidades, ao invés de radicais divisões, congelamento e linearização do tempo. (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2006:115)

Com isso, também é possível retomar o que já foi mencionado sobre a Etnografia. As vivências, as trocas de experiências e o aprendizado junto ao grupo estudado possibilitam a experiência com outras temporalidades e ritmos de tempo, que são distintos dos ocidentais (OLSEN, 2010). Assim, essa Etnoarqueologia deve convocar o arqueólogo a viver outros tempos, deixar o relógio de lado e sentir a hora passar, ouvindo o que as pessoas e a materialidade podem falar sobre seu próprio tempo.

Em argumento semelhante sobre o tempo, Oliver (2004)<sup>2</sup> destaca que a Arqueologia atual virou o tempo unilinear de “cabeça para baixo”. De modo geral, o autor destaca que a Arqueologia não é uma disciplina histórica padrão, que segue uma perspectiva unilinear, e é composta por eventos, pois a materialidade contém outras

---

<sup>2</sup> No artigo o autor caracteriza esse tempo linear ligado a história tradicional. Já a arqueologia cabe o estudo da memória, sendo esta considerada a principal fonte de múltiplas temporalidades. Adotando a ideia de memória da materialidade pode-se transcender a unilinearidade do tempo histórico (tradicional).

temporalidades passíveis de estudo, que extrapolam essa linha temporal que segue, inexoravelmente, para o passado ou futuro.

Segundo o autor, o passado existe no presente e o presente, por sua vez, possui fragmentos do passado, bem como o passado do presente. Para essa última afirmação, o autor utiliza o seguinte exemplo: quando se observa fotografias antigas, procura-se elementos no presente para tentar aproximar os materiais (paisagem, árvores, coisas, etc.) do passado. Nesse movimento, verificou-se a autenticidade do passado através de elementos no presente, reconhecendo-se o momento anterior dessas fotografias pela presença física e humana do momento atual. Oliver (2004) destaca que essa noção do presente incorporado ao passado traz implicações profundas para a arqueologia. Isso significa, de modo geral, que o presente não é um acontecimento momentâneo, mas momentos que estão sempre acontecendo. Sendo assim, a proposta colocada pelo autor é de quebrar a ideia de tempo unilinear, estático e sem movimento, que persiste na Arqueologia.

Seguindo a proposta de que o mundo material permite experimentar diversas temporalidades, Olsen (2010) destaca que existe, principalmente em reconstituições históricas, certa tendência a conceber o passado como algo já transcorrido a que se tem acesso apenas por fragmentos. Isso porque cada documentação analisada tem suas particularidades e, de modo geral, associam-se sociedade e cultura ao “imaterial”, através dos pensamentos e de ações das pessoas vivas. Contudo, as coisas possuem a característica particular de materializar o tempo, de mostrar as transformações, a continuidade e de evocar histórias relacionadas a elas. A materialidade consolida o tempo, tornando-o possível de ser tocado, sentido, cheirado e visto.

Assim como propõe Olsen (2010), conceber a materialidade como um suporte de múltiplas temporalidades possibilita repensar a perspectiva ocidental de que o conhecimento é conceitual, pois, tal como afirma Ingold (2015), o conhecimento está no mundo e a materialidade é uma das vias de acesso a ele. Portanto, pensar uma arqueologia que comporte múltiplas temporalidades é uma tarefa necessária para o crescimento e a valorização do campo científico pela sociedade (HAMILAKIS, 2015).

Outro aspecto importante desenvolvido pela Etnoarqueologia é o contato com as pessoas e as coisas. A probabilidade de dialogar com a dinâmica de vida das pessoas e coisas e todos os movimentos que delas derivam – circulação, troca, consumo, significação, elaboração, agência, etc.. – torna a Etnoarqueologia um campo fértil para o desenvolvimento de perspectivas ontológicas, fenomenológicas, epistemológicas, multivocais, colaborativas, entre outras (GONZALEZ-RUIBAL, 2009; FEWSTER, 2013). Nesse sentido, abrem-se diversas possibilidades teóricas e interpretativas para os estudos etnoarqueológicos. Nesse ponto, é possível retomar a contribuição dos primeiros antropólogos e analisar como a antropologia do início do século XIX era arqueológica:

A divisão do trabalho nas ciências sociais indica que os antropólogos devem estudar as pessoas e as ideias – instituições, personalidade, estruturas sociais (imateriais) – e os arqueólogos as coisas em si mesmo. Gostaria de saber como classificar o neolítico na cultura Gumuz e me pergunto como faria isso arrancando as coisas das ideias e as pessoas dos objetos. A antropologia é, em certo sentido, mais modernista hoje do que era em 1900. Ao ler um velho livro de antropologia ficamos maravilhados com a sua riqueza material. Coisas e pessoas eram bem menos separadas do que são hoje. (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2006:115)

Segundo o autor, no livro *The Andaman Islanders* (Os ilhéus de Andaman) de Radcliffe-Brown, publicado em 1922, a materialidade já não se mostrava um

“mainstream” da antropologia, pois ela aparece somente nos apêndices do livro. A partir disso, a maior parte dos antropólogos desmaterializou o mundo, ignorando completamente a materialidade e diminuindo a “desordem da vida real”. A proposta da Etnoarqueologia deve ser justamente inversa, ou seja, diminuir as fronteiras entre arqueologia e antropologia, eliminando a dicotomia entre o material e o imaterial. Além disso, González-Ruibal (2006, 2014) afirma que essa arqueologia do presente contribui significativamente para uma arqueologia mais simétrica, desenvolvendo relações mais profundas entre as pessoas e as coisas e concebendo-as como um mundo material em articulação constante.

Nesse sentido, ainda que o arqueólogo utilize referenciais da Antropologia nas suas pesquisas Etnoarqueológicas, o objeto central seguirá sendo a materialidade agregada às pessoas. O que parece existir é a ideia de que os campos científicos, neste caso a Arqueologia, que possui uma existência isolada e se constitui sob paradigmas teóricos e metodológicos alheios ao restante das ciências e do mundo (LATOURL, 1998). Esse pensamento remete, diretamente, ao final do século XIX e início do XX, quando a formação dos campos científicos delimitava fronteiras de estudo, áreas de atuação e esferas de poder (FOUCAULT, 2005). Retomando o que propõe González-Ruibal (2006, 2009, 2014), essa Etnoarqueologia, tomada como uma Arqueologia *tout-court*, possui suas particularidades, porém não deve estar alheia ao restante das Ciências Sociais, já que a proposta deve ser a abertura ao mundo e não o fechamento, como afirma Ingold (2000, 2012, 2013, 2015).

Essa divisão entre pessoas e coisas também pode ser vista sobre outra nomenclatura de seres humanos e não humanos. Neste ponto, a Teoria do ator-rede, proposta por Bruno Latour, possibilitaria uma leitura relacional entre os dois tipos de seres – humanos e não humanos – baseada naquilo que o autor chama de sociologia das associações que, de modo geral, se caracteriza pela busca das conexões entre as coisas, da heterogeneidade existente nas relações entre os mais variados fenômenos. O desenvolvimento dessa sociologia das associações se caracteriza pela oposição à Sociologia do Social que, em linhas gerais, explica os mais diversos fenômenos através de conceitos como: estrutura social, a sociedade e o sistema social. Tal como afirma Latour (2012), essa sociologia do social reproduz a explicação social para todos os fenômenos.

#### 4. CONCLUSÕES

“Com efeito, quando as coisas estão dispostas da maneira que, ao serem representadas pelos sentidos, podem facilmente ser imaginadas e, em consequência, facilmente rememoradas, dizemos que estão bem ordenadas; no caso contrário, que estão mal ordenadas e confusas. E como achamos mais agradáveis as coisas que podemos imaginar com mais facilidade, os homens preferem a ordem à confusão, como se, salvo qualquer relação à nossa imaginação, a ordem fosse qualquer coisa na natureza.”  
(SPINOZA, 2002:124)

Por fim, este texto apresenta uma proposta semelhante à de González-Ruibal (2014) para conceituar essa Arqueologia do presente, apesar de o autor descartar o uso da palavra “Etnoarqueologia” para designar o que ele chama de *etnografia arqueológica*. O autor destaca, ainda, que, ao longo da história da Arqueologia, a Etnoarqueologia seria um tipo de Arqueologia etnográfica vinculada ao processualismo. Por este motivo, ela possuía características particulares, destacando-se a primazia da construção das teorias de médio alcance e modelos interpretativos. Isso de fato verifica-se, porém, aqui se pretende fazer um movimento de defesa da utilização do termo Etnoarqueologia, pois,

de modo geral, ainda que em diferentes perspectivas teóricas e que os direcionamentos dos trabalhos tenham seguido linhas divergentes, um elemento une todas as perspectivas: o estudo da materialidade e das pessoas. Nesse sentido, o termo congrega aquilo que representa a particularidade desse campo arqueológico, voltando a concordar com o autor, conforme destaca:

Minha pesquisa não pretende ser caracterizada como etnografia, etnografia arqueológica ou etnoarqueologia. Também não pretendo inventar algo novo. Ao contrário, como disse na introdução, essa é a arqueologia que faço, a defendo como tal, sem procurar uma reparação para as limitações dos métodos etnográficos (ou outros). Considerarei necessário, no entanto, explicar a minha visão particular de como essa arqueologia é e porque é tão importante compreender o presente. (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2014:6)

A perspectiva aqui apresentada, como visto anteriormente, defende a utilização do termo por entender que a Etnoarqueologia possua especificidades em relação a outros campos de estudo da Arqueologia. No entanto, o autor destaca uma importante reflexão sobre o tema que, apesar da composição plural de campos que compõem a Arqueologia, esses, em linhas gerais, relacionam-se por meio de seu objeto de estudo: a materialidade. Reforçando o fato de que o tempo não deve ser um componente preponderante na definição conceitual de Arqueologia, o movimento deste trabalho é deglutir a perspectiva do autor, propondo um caminho intermediário entre a manutenção do termo Etnoarqueologia e as novas leituras sobre a Arqueologia do Presente, concebendo-a como uma Arqueologia *tout-court* (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2006; 2009), ciência da materialidade.

Com isso, a proposta desenvolvida para pensar a Etnoarqueologia, neste texto, relaciona-se com diversas variáveis como, por exemplo, a Etnografia, as temporalidades, as materialidades e a Política, podendo essas variáveis, em linhas gerais, serem resumidas em torno da proposta de uma Arqueologia mais aberta, que dialogue com os agentes, que valorize os conhecimentos locais das comunidades e que reconheça as múltiplas temporalidades da materialidade e das pessoas. Portanto, mais do que definir conceitualmente Etnoarqueologia, é preciso ampliar a Arqueologia e retomar seu protagonismo como a ciência da materialidade. Dessa forma, será reconhecida a sua importante contribuição como a ciência que inaugurou e ainda se debruça com profundidade sobre a vida material das pessoas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DAVID, N & KRAMER, C. 2001. *Ethnoarchaeology in Action*. New York: Cambridge Press, 476p.
- DEBORD, G. 1997. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto editora, 237p.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2016. Etnoarqueologia, colonialismo, patrimônio arqueológico e cemitérios Kaiowá no Estado do Mato Grosso do Sul, Brasil. *Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. São Paulo, v. 29:136-160.
- FEWSTER, K. 2013. The relationship between ethnoarchaeology and archaeologies of the contemporary past: a historical investigation. In: GRAVES-BROWN, P; HARRISON, R; PICCINI, A (orgs). *The Oxford Handbook of the archaeology of the contemporary world*. Oxford: Oxford University Press, p. 27-39.
- FOUCAULT, M. 2005. Sobre a Arqueologia das ciências. Resposta ao círculo de epistemologia. In: FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos (II): Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Editora forense, p.82-118.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. 2006. The past is tomorrow. Towards na archaeology of the vanishing present. *Norwegian Archaeological Review*. v. 39: 110-125.

- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. 2009. De la etnoarqueología a la arqueología del presente. In: SALAZAR, J.; DOMINGO, I.; ASKARRÁGA, J.; BONET, H. (orgs.). *Mundos tribales: una visión etnoarqueológica*. Valencia: Museo de Prehistoria, p. 16-27.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. 2014. *An archaeology of Resistance: materiality and time in na African borderland*. Plymouth: Rowman & Littlefield, 381p.
- GOULD, R (org.). 1978. *Explorations in Ethnoarchaeology*. Santa Fe: School of American Research, 329p.
- HAMILAKIS, Y. 2015. Arqueología y sensorialidad. Hacia uma ontologia de afectos e flujos. *Vestigios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte v. 9: 31-53.
- INGOLD, T. 2000. *The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*. London: Routledge, 465p.
- INGOLD, T. 2012. Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 18: 25-44.
- INGOLD, T. 2013. Los materiales contra la materialidade. Buenos Aires, *Papeles de trabajo*. v.7:19-39.
- INGOLD, T. 2013b. Repensando o animado, reanimando o pensamento. *Espaço Ameríndio*. Porto Alegre, v.7:10-25.
- INGOLD, T. 2014. That's enough about ethnography!. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, v.4: 383-395.
- INGOLD, T. 2015. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Editora Vozes, 390p.
- KENT, S. 1984. *Analyzing activity areas: An ethnoarchaeological study of the use of space*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 259 p.
- KENT, S.(org). 1987. *Method and theory for activity area research: an ethnoarchaeological approach*. New York: Columbia University Press, 643 p.
- LANE, P. 2006. Present to past: Ethnoarchaeology. In: TILLEY, C; KEANE, W; KÜCHLER, S; ROWLANS, M; SPYER, P. *Handbook of Material Culture*. London: SAGE publications, p.402-424.
- LATOUR, B. 1998. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 438p.
- LATOUR, B. 2008. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre ciência. In. NUNES, J; ROQUE, R. *Objectos Impuros: Experiencias em estudos sobre a ciência*. São Paulo: Editora UNESP, 438p.
- LATOUR, B. 2012. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador-Bauru: EDUFBA-EDUSC, 399p.
- MILLER, D. 2013. *Trecos, troços e coisas. Estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 244 p.
- OLIVER, L. 2004. The past of the presente. *Archaeological memory and time. Archaeological Dialogues*. Cambridge, v.10: 204-213.
- OLSEN, B. 2010. *In defense of things: archaeology and the ontology of objects*. Altamira Press, 203p.
- PYBURN, A. 1998. Consuming The Maya. *Journal Of Dialectical Anthropology* v.23:111-129.
- SARTRE, JP. 2014. *Esboço para a teoria das emoções*. Porto Alegre: L&PM, 2014, 93p.
- SILVA, F. *As Tecnologias e seus significados: um estudo da cerâmica dos Asuriní do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica*. 2000. Tese de Doutorado. São Paulo. Universidade de São Paulo. 244 p.
- SILVA, F. 2009a. Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. *Métis (UCS)*. Caxias do Sul, v. 8: 121-139.
- SILVA, F. 2009b. A etnoarqueologia na Amazônia: contribuições e perspectivas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Belém, v. 4: 27-37.
- SILVA, F. 2015a. Arqueologia colaborativa com os Asuriní do Xingu: Um relato sobre a pesquisa no igarapé Piranhaquara, T.I Koatinemo. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v.58:143-172.
- SILVA, L. 2015. Com vento a lagoa vira mar: uma etnoarqueologia da pesca no litoral norte do RS. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Belém, v. 10: 537-547.

SPINOZA, B. 2002. *Ética demonstrada à maneira dos geômetras*. São Paulo: Editora Martin Claret, 423p.

STOCKING JR., G. 1985. Essays on Museums and Material Culture. In: STOCKING JR., G (org.). *Objects and others. Essays on museums and material culture*. London: The University of Wisconsin Press, p. 3-14.

TRIGGER, B. Writing a history of archeology: a survey of trends. In: STOCKING JR., G (org.). *Objects and others. Essays on museums and material culture*. London: The University of Wisconsin Press, p. 218-235.

TRIGGER, B. 2011. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus Editora, 2011(2ª Edição), 629p.